

EXPLICANDO A PEC 32/2020

REFORMA ADMINISTRATIVA

Sua vida pior
com o fim do
serviço público



FÓRUM DOS SERVIDORES
ESTADUAIS DA PARAÍBA

CARTILHA SINDICAL

O QUE QUEREM APROVAR

Diga não à PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA



FIM DA ESTABILIDADE

A estabilidade do servidor público existe para que não haja interferência política, assédio moral ou ameaça de exoneração quando o servidor segue as leis.

A Reforma Administrativa acaba com a estabilidade para que os políticos façam ingerência, use cargos públicos como moeda eleitoral e acabe com a autonomia, cargos de carreira, planejamento a longo prazo e responsabilidade técnica do funcionalismo.

A PEC 32 troca a competência técnica por subordinação. Acaba com o mérito e a profissionalização do serviço público.

REDUÇÃO DE JORNADA E DE SALÁRIO

A PEC autoriza redução de jornada, desde que exista redução de salário (Art.37): A redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração.



CARGOS TEMPORÁRIOS E INDICAÇÃO POLÍTICA

A PEC 32 cria "cargos de liderança", nomeados livremente por superiores. Os concursos passam a ter o "período de experiência", que impõe a concorrência entre os colegas para a vaga no órgão, delegando aos cargos de liderança, nomeados politicamente, decidir quais ingressam. Desta forma, o vínculo passa a ser considerado de "tempo indeterminado", sem a garantia da estabilidade.

O QUE QUEREM APROVAR

Diga não à PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA

LEI DA MORDAÇA, ASSÉDIO MORAL E SUPERPODER AO PRESIDENTE

PEC 32 torna o princípio de imparcialidade constitucional. Tal princípio é extremamente subjetivo e político, dando margens a assédios e perseguições. Além disso, a PEC dá direito ao Presidência da República, com uma canetada, o poder de criar, transformar e extinguir cargos comissionados, de liderança e assessoramento; criar, fundir, transformar ou extinguir ministérios, órgãos, autarquias e fundações por meio de decreto. PODE FECHAR QUALQUER HOSPITAL OU UNIVERSIDADE!!!



FIM DA GESTÃO PÚBLICA

Reforma Administrativa, ao acabar com os servidores estatutários, substituindo-os por contratos precários por tempo determinado, por terceirização e formas de ingresso sem concurso público, denominadas de "processo seletivo simplificado"; comprometerá os serviços públicos necessários à imensa maioria da sociedade brasileira.

PRIVATIZA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A PEC 32 permite que se há correspondente no setor privado de bens e serviços, desobriga o poder público de prestar determinada atividade; Gera o princípio de Voucher;

Dá direito ao mercado privado atuar na área de direito social, na verdade, TRANSFORMA O DIREITO EM MERCADORIA.

FÓRUM DOS SERVIDORES
ESTADUAIS DA PARAÍBA



O QUE QUEREM APROVAR

Diga não à PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA

"Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará"

MENTIROSO!



COBRANÇA POR SERVIÇOS E DIMINUIÇÃO DE RECURSOS

A PEC 32 prevê "gestão de receitas próprias" pelos órgãos, desobrigando o Estado a destinar orçamentos para alguns setores. Tal situação poderá estimular a cobrança pelos serviços na busca de "receitas próprias", abrindo mais ainda as portas para a privatização, assim como dificultará a fiscalização desses recursos, propiciando a oportunidade de desvio e apropriação indevida dos mesmos.

PEC DA RACHADINHA

A abertura que a PEC dá ao surgimento de "Contrato de gestão" é uma forma de se fazer indicações políticas, sem rigor técnico e dá margens para implementação de "rachadinhas" como prática no serviço público.



PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A proposta prevê a priorização do princípio da subsidiariedade, fazendo com que o Estado atue de forma subsidiária, coadjuvante poderíamos dizer, subalternos aos setores empresariais privados na provisão de bens e serviços à sociedade. O Estado auxiliaria e supriria a iniciativa privada em suas deficiências e carências, só substituindo-a excepcionalmente.

A ATUAÇÃO DO ESTADO SERIA A EXCEÇÃO, NÃO A REGRA.

OUTRAS GARANTIAS PERDIDAS COM A PEC 32

Diga não à PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA

- **Fim das férias** em período superior a trinta dias pelo período aquisitivo de um ano;
- **Fim dos adicionais referentes a tempo de serviço**, independentemente da denominação adotada;
- **Fim do aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias** com efeitos retroativos;
- **Fim da licença-prêmio**, licença-assiduidade ou **outra licença decorrente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada**, ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação;
- **Fim da redução de jornada** sem a correspondente redução de remuneração;
- **Fim da aposentadoria compulsória** como modalidade de punição;
- **Fim de adicional ou indenização** por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;
- **Fim da progressão ou promoção** baseada exclusivamente em tempo de serviço;
- **Fim das parcelas indenizatórias** sem previsão de requisitos e valores em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades;



DESMISTIFICANDO AS INTENÇÕES DA REFORMA

A maioria do **funcionalismo público** se encontra nos municípios e nos estados. E **são os salário mais baixos** apesar de serem os que mais prestam serviços diretamente à população.

Cargos federais praticamente não tiveram alteração significativa de aumento de pessoal, o que **torna falsa a tese de que vem ocorrendo um inchaço e gastos excessivos da máquina pública** com o funcionalismo.

Juízes, militares e classe política, de maiores salários e que podem ganhar acima do teto, estão fora da reforma

NO QUE O GOVERNO E A MÍDIA MENTEM PARA A SOCIEDADE:

- **Diminuir despesas públicas**
- **Modernização**
- **Eficiência e desempenho**
- **Parasitas**



DESMASCARANDO A MENTIRA DA REFORMA:

- . **Perda de capacidade operacional da saúde, educação e assistência social.**
- . **Não promove** eficiência, e sim desorganiza o funcionalismo.
- . **Não economiza**, entrega o setor público e os direitos sociais para os interesses empresariais.
- . **Não existe nenhum fundamento** de que a reforma trará melhorias de gestão ou economia à união.
- . **Subordina o servidor público** aos interesses políticos e não ao interesse público.
- . **Desestimula e debilita o servidor.**

ALGUMAS MUDANÇAS NA SUA VIDA COM A PEC 32

Diga não à PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA



FIM DO SUS



PRECARIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO PÚBLICA



LENTIDÃO DA JUSTIÇA

ACABA COM A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO



SUCATEAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA



FIM DOS ORGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FÓRUM DOS SERVIDORES ESTADUAIS DA PARAÍBA



COMO VOCÊ PODE LUTAR CONTRA A REFORMA

Diga não à PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA

PRESSIONE DEPUTADOS E SENADORES DE SEU ESTADO

O Fórum dos Servidores da Paraíba, junto com outras entidades, realizará rodada de conversa virtual com os deputados do estado como forma de pressioná-los contra a reforma. Participe! Pressionar nas redes sociais destes deputados tem surtido efeitos na decisão de votação dos mesmos.

01

02

CURTA E COMPARTILHE O MATERIAL DO SEU SINDICATO

Fique atento às mobilizações do seu sindicato. Muito material tem sido divulgado e debatido por sua entidade. Siga, curta e compartilhe. Participe de campanhas virtuais. Quanto mais gente envolvida, maior a pressão.

PARTICIPE DOS DEBATES E LIVES

Quanto mais informado sobre a PEC 32, mais formas de uma leitura crítica e politizada. Todas as categorias tem oferecido debates, lives e material explicando os problemas da que a Reforma Administrativa acarreta para toda a sociedade.

03

04

CONVERSE COM SEUS COLEGAS DE TRABALHO

O diálogo com os colegas de trabalho é uma forma de fazer o discurso político circular no espaço público. Debater os problemas da profissão é militância! Converse com seus companheiros.

Mostre a eles o qual é danosa esta reforma.



FÓRUM DOS SERVIDORES ESTADUAIS DA PARAÍBA NA LUTA CONTRA A PEC 32

Diga não à PEC 32 - REFORMA ADMINISTRATIVA



FÓRUM DOS SERVIDORES ESTADUAIS DA PARAÍBA



Expediente técnico:

Autores: **José Helber Tavares de Araújo**

Colaboradores: Mauriene de Freitas, Paula Castro, Édson Holanda, Deoclécio Brito e Lourivaldo Mota.

Concepção: Fred Oliveira

Idealização: ADUEPB